

Comunidades Cacimba do Baltazar e Morro Alto

Alineaurea Florentino Silva

Introdução

As comunidades carentes até bem pouco tempo constituíam ambientes pouco visitados para fins de pesquisa científica, ensino ou mesmo extensão rural. Foram fontes de informações para censos demográficos, porém, dada a dificuldade de acesso a algumas dessas populações, em determinados momentos elas nem constavam nos levantamentos demográficos. Analogamente, hoje as populações carentes figuram até mesmo em artigos científicos e transformaram-se em laboratórios vivos para alunos de graduação e de pós-graduação, orientados pela vontade de entender cada vez mais a origem da carência existencial, produtiva, afetiva, econômico-financeira ou mesmo de perspectivas de futuro.

Apesar de todo esforço das instituições em colaborar para minimizar as dificuldades existentes nas comunidades, nem sempre as ações implementadas são levadas em consideração, tanto nas comunidades, como entre colegas de trabalhos e entre as próprias instituições. Esse trabalho não representa a atuação de um ou dois funcionários, mas também a atuação de vários profissionais, a estrutura física utilizada e mobilizada nos encontros e recursos humanos e materiais que são

direcionados para concretizar uma ação ou mesmo dar andamento a ações planejadas nos encontros ocorridos. Assim, as ações nas comunidades não terminam simplesmente em uma ida ao local ou numa reunião, mas são desencadeadas continuamente envolvendo profissionais, materiais, estruturas, veículos, recursos naturais, financeiros e diversos outros elementos relacionados ao que é proposto previamente em uma comunidade, seja ela próxima ou distante da instituição onde o trabalho é sediado.

No presente capítulo serão abordadas características da comunidade Cacimba do Baltazar, Petrolina-PE, as relações implementadas com o trabalho das instituições envolvidas no local, os reflexos das ações no passado e presente dessa comunidade e um paralelo entre esta comunidade e a comunidade Morro Alto, Acauã - PI.

O TRABALHO NAS COMUNIDADES CARENTES E A IMPRESSÃO DOS COLEGAS DE TRABALHO

Consideramos relevante abordar a visão de outros profissionais sobre o trabalho nas comunidades. Tratando-se de profissionais da Pesquisa, nota-se certa discriminação para com os Pesquisadores envolvidos com trabalhos em comunidades. Esse comportamento também é identificado entre outros atores envolvidos com trabalhos nas comunidades, sejam professores, gestores, estagiários, operários rurais, etc.

A impressão e opinião dos outros colegas sobre trabalho de desenvolvimento em comunidades nem sempre são boas. Nem sempre é visto com bons olhos o trabalho de desenvolvimento realizado por profissionais contratados como pesquisadores.

Esse trabalho, afirmam alguns pesquisadores, afasta o pesquisador da pesquisa. Muito embora a atuação em desenvolvimento permita desenvolver outras atividades, inclusive de pesquisa, o Pesquisador envolvido com desenvolvimento em comunidades recebe o rótulo de que nem sempre cumpre com as metas da unidade e com seus objetivos, aliado ao fato de que os trabalhos de desenvolvimento tomam muito tempo do Pesquisador. Observa-se comumente baixa produção científica das equipes envolvidas com trabalhos neste tema

quando se compara, por exemplo, com a produção científica de pesquisadores que lidam com organismos de resposta rápida, como plantas de ciclo curto, insetos, microorganismos, etc.

O trabalho com desenvolvimento normalmente exige longo tempo para obter resultados satisfatórios e que sejam passíveis de publicação e avaliação pelos seus pares. Este aspecto muitas vezes atua como desestímulo para a comunidade científica em trabalhar com comunidades em desenvolvimento, apesar de estarem cientes da importância e necessidade desse tipo de atividade.

As atividades realizadas nas comunidades, na maioria das vezes, constituem uma ação de desenvolvimento social e normalmente também envolvem ações de pesquisa, porém a pesquisa em si é apenas parte de todo trabalho e nem sempre é visualizada como pesquisa válida e publicável. Dependendo da forma como é conduzida a pesquisa, algumas vezes são gerados conflitos internos na validação dos dados apresentados, causando desestímulo nos pesquisadores que poderiam participar e receiam perderem seu tempo.

Atualmente com o advento da Pesquisa Participativa e identificação de demandas de pesquisa (Bernardo et al., 2009), propõe-se que a forma como é conduzida a atividade de pesquisa tem maior validade do que no passado (Teixeira et al., 2009), porém ainda surge entre os colegas o receio de esforço em algo que simplesmente não gere resultados satisfatórios suficientes e passíveis de serem validados no futuro para publicação. Assim, existe certa pressão entre profissionais, técnicos e demais envolvidos com a comunidade, o que causa desconforto no dia a dia do trabalho. Apesar de existirem metas e objetivos específicos em projetos relacionados às comunidades e pontuados como atividades, nem sempre os textos não são vistos e computado pelos pares como deveria ser.

Atualmente está definido no PDU da Embrapa Semiárido a demanda dos trabalhos em desenvolvimento (Embrapa, 2008), como em territórios e comunidades carentes. Mesmo assim, apesar de indicado e claro no PDU e pelos próprios gestores que atividades com comunidades configuram uma ótima forma de melhorar a visibilidade da instituição, nem sempre estas se tornam atrativas para um número maior de colegas dado as dificuldades de trabalho com êxito e posterior publicação dos resultados alcançados. São indicados como

uma oportunidade no PDU da Embrapa Semiárido (Embrapa, 2008) os trabalhos que ampliem a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos, por meio de tecnologias de convivência com o Semiárido. Assim, o fato de estarmos localizados no Nordeste, região tida como endereço de maior número de pobres do Brasil (Figura 1), endossa o aspecto da grande oportunidade que se configura para profissionais de diversas especialidades, por termos um amplo ambiente de trabalho a ser desenvolvido e pesquisado em nosso redor.

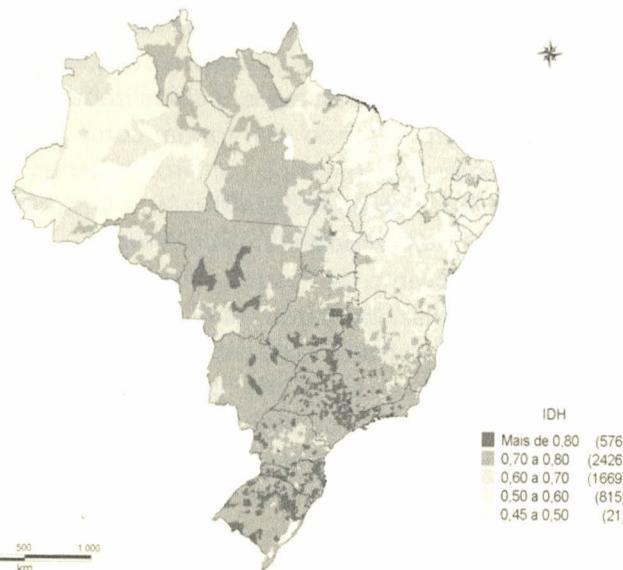


Figura 1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. Fonte: Silveira et al., 2007.

Existem diferenças visíveis entre comunidades que possuem trabalhos de instituições associadas e as comunidades que não possuem atuação de instituições públicas. Uma das diferenças que pode ser mencionada e claramente identificada é o fato de que um trabalho desenvolvido numa determinada comunidade simplesmente não acaba. Partindo desse pressuposto, mesmo após o êxito ou não de

uma determinada atividade em uma comunidade e na sequência ter os resultados encontrados devidamente publicados, o vínculo com a comunidade continua, mesmo que mais brandamente. Assim, dado a facilidade em encontrar os profissionais de instituições públicas que desenvolvem trabalhos em comunidades, que muitas vezes estão situadas em seus locais de trabalhos, com livre acesso de seus clientes, a comunidade pode sempre que precisar ir em busca de alguém para reportar no momento de uma necessidade.

Normalmente o Pesquisador que acompanha a comunidade transforma-se, mesmo após os trabalhos terem teoricamente terminado, em um elo entre as instituições participantes e a comunidade. Esse aspecto não é verificado nas comunidades onde não houve uma atuação de instituições públicas. Neste caso além das carências sócio-econômicas e ambientais inerentes a este tipo de comunidade, verifica-se ainda a ausência de um elo como o citado anteriormente, de alguém que fale por eles, que busque para eles alguma melhoria ou informação, ou que ao menos seja o caminho/atalho para isto. Além de ser elo de informações o pesquisador também é considerado neste caso um elo de sentimentos.

Diversos atores participam das atividades nas comunidades. Alguns se mostram presentes nas reuniões e atividades, dispondo-se a colocar suas experiências e determinados momentos de reuniões, etc. Por outro lado, existem aqueles atores menos aparentes, que pouco se colocam em reuniões, porém argumenta entre os membros da comunidade após os encontros sobre os assuntos vistos em reuniões e discute as tecnologias de maneira que algumas vezes inclusive modifica o rumo das decisões mesmo sem aparecer muito pouco publicamente.

COMUNIDADE CACIMBA DO BALTAZAR

Descrição da comunidade

A comunidade Cacimba do Baltazar está localizada a aproximadamente 32 km de Petrolina, sendo destes 25 quilômetros asfaltados e 07 em estradas de terra. Está situada entre os quilômetros 150 e 160 da BR-428, após o ponto da Policia Rodoviária Federal (Figura

2). Próximo a Cacimba do Baltazar existem outras comunidades que juntas estão circundadas pelos Projetos de Irrigação Bebedouro, Nilo Coelho e Pontal.

Não há registros sobre o início do povoado Cacimba do Baltazar, sabe-se atualmente que, desde sua origem, foram tomadas algumas iniciativas no sentido de promover um bem-estar da população, com ações estruturantes para a comunidade, vindas de políticos locais ou de pessoas sensibilizadas regionalmente (SILVA et al., 2008).



Figura 2. Mapa de localização da comunidade Cacimba do Baltazar. SILVA et al. (2008). Autoria do mapa: Paulo Pereira da SILVA (Paulinho)

Antes de qualquer inserção de instituições públicas na comunidade, os moradores viviam basicamente da coleta de madeira para venda e de frutos (como umbuzeiro) para alimentação na

vegetação nativa. Outra atividade exercida pelos moradores locais era a caça de animais (pebas, tatus, pássaros) para alimentação e comercialização. A vida na comunidade permanecia simples e sem grandes perspectivas ou inovações. As primeiras melhorias vindas de instituições públicas datam de mais de 50 anos atrás e foram de ordem estrutural, como rede elétrica, poço artesiano e grupo escolar para a comunidade. Estas melhorias foram trazidas pelo setor de serviços públicos como Prefeitura ou pela Associação de Lagoa dos Cavalos. Antes das intervenções mais recentes algumas pessoas da comunidade também tiveram iniciativa de cultivar pequena horta, utilizando de implementos simples para buscar água em mina existente no local (Figura 3).

As intervenções da própria comunidade ocorrem da mesma maneira que ocorrem em outras comunidades, sempre na tentativa de domesticar o maior número de variedades de plantas e conseguindo com isto maior chances de alimentação (Souza e Cabral, 2009). A presença de técnicos de instituições públicas favorece o conhecimento das espécies que tendem a ser domesticadas e pode desencadear duas situações: o conhecimento da importância e raridade da espécie leva a comunidade a preservá-la ou por outro lado o conhecimento da fonte de renda que aquela espécie pode representar leva a comunidade a explorar a planta até o ponto correr o risco de desaparecimento dos indivíduos existentes.

Na comunidade Cacimba do Baltazar moram 27 famílias e cada uma possui entre 3 e 7 membros morando no mesmo domicílio, sendo que destes normalmente um deles é aposentado pelo governo por idade ou invalidez. Cada família sobrevive da prestação de serviços em perímetros irrigados existentes nas redondezas da comunidade e das aposentadorias dos parentes mais velhos (SILVA et al., 2008). A situação mantém-se ao longo do tempo da mesma maneira e verifica-se que a cada dia que passa as pessoas da comunidade procuram envolver-se com atividades fora da comunidade tendo em vista a área agricultável restrita que possuem e a deficiência na aquisição dos documentos que comprovem a posse da terra para acessar algum tipo de financiamento bancário.



Figura 3. Utilização de água de fonte minadora por moradora para irrigar horta da Cacimba do Baltazar. Autoria da foto: Alineaurea Florentino SILVA.

Um dado preocupante sobre a Cacimba do Baltazar e que justifica a necessidade de treinamentos e capacitações sobre formas de geração de renda é a faixa etária dos moradores. Em levantamento realizado em 2006 verificou-se que a maioria dos moradores estava na época com apenas 12 anos de idade (Figura 4). Este número, apesar de parecer pouco significativo, torna-se relevante no momento em que reflete o maior percentual da comunidade em uma idade de plena formação física e mental, porém exercendo atividades inadequadas para sua idade.

Um exemplo disso são as jovens meninas que entram em idade reprodutiva mesmo antes dos 14 anos e assumem o papel de mãe mesmo não tendo noções básicas de higiene, educação, planejamento familiar, etc. Assumir o papel de mãe, para as famílias da comunidade, assim como acontece em outras comunidades carentes, seja na zona

rural ou urbana, não é mais motivo de tristeza ou discriminação como ocorria no passado quando as filhas engravidavam solteiras. Atualmente a menina que engravidá e dá a luz forma uma nova família e acessa cartões do Programa Bolsa Família (Silveira et al., 2007) tornando-se, junto com os aposentados, uma das fontes de renda para sobrevivência dos membros da família.

Este fato tem contribuído para o baixo acesso à educação básica e consequentemente pouca possibilidade de empregos que possam permitir uma qualidade de vida adequada. Normalmente, essas jovens mães, infelizmente tornam-se pessoas com pouca noção de uma estrutura familiar adequada, o que contribui para maior promiscuidade sexual, levando-as a terem filhos com vários parceiros, aumentando ainda riscos de doenças, inclusive as sexualmente transmissíveis, mantendo padrão alimentar precário para essas crianças e para toda a família e em muitos casos são exemplo para as outras crianças que passam a acreditar que aquela forma de vida é normal e passível de ser copiada.

Assim como em diversas outras comunidades semelhantes à Cacimba do Baltazar, a forma de vida precária tem sido perpetuada de geração para geração e, como a penalidade das atitudes impensadas presentes nem sempre são perceptíveis para os moradores desses locais, dado o baixo nível educacional, entende-se que a situação tende a continuar ainda por um longo período de tempo no futuro.

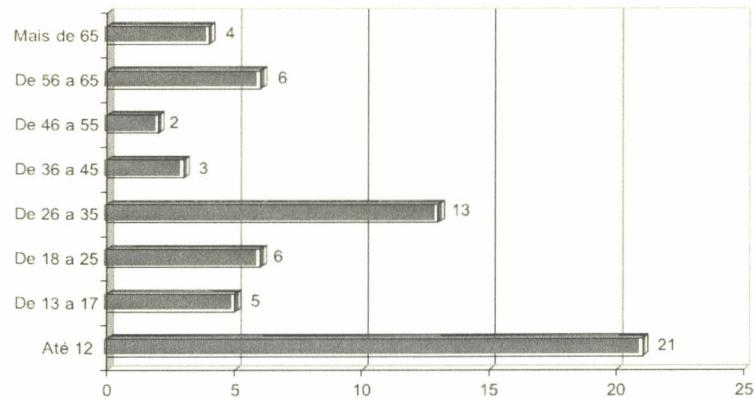


Figura 4. Número de pessoas por faixa etária na Cacimba do Baltazar em 2006 (SILVA et al., 2008).

AÇÃO DA EMBRAPA E DE PARCERIAS

Desde 2003 a Embrapa Semiárido manteve os primeiros contatos concretos com a comunidade Cacimba do Baltazar. Mesmo sabendo do grande ostracismo em que vivia a comunidade, foram agendadas reuniões informais onde a maioria dos moradores estava presente. Nestas reuniões eram discutidas formas de melhoria da qualidade de vida na comunidade, porém não foi afirmada nenhuma ação, tampouco listados os responsáveis pelos encaminhamentos. Embora alguns projetos em execução na Embrapa Semiárido pudessem ser executados naquela comunidade, seria necessária a participação de diversos colegas para que houvesse resultados satisfatórios, tendo em vista a precariedade do local e baixo nível organizacional existente na comunidade que até então não havia formalizado associação, cooperativa ou nenhuma outra figura jurídica representativa do local. Partindo da primeira reunião, foi proposto que a Cacimba se tornasse comunidade COEP² e com isso várias outras reuniões e encontros foram estimulados tendo em vista o trabalho abrangente a que o COEP se propunha.

A Embrapa Semiárido e outros diversos parceiros interligados nas atividades do COEP possibilitaram momentos para a comunidade de reflexão e ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Cacimba do Baltazar. As atividades realizadas pelo grupo de instituições tiveram como palco uma comunidade com baixo nível organizacional e grandes carências financeiras, alimentares, agrícolas, etc.

Como uma das atividades também do COEP foi realizado um diagnóstico pelos pesquisadores envolvidos na implantação do mesmo

em Petrolina (Teixeira, 2009). Neste diagnóstico, verificou-se que 37,5% dos chefes de famílias da comunidade Cacimba do Baltazar na época apresentaram habilidades em colheita e plantio de culturas como feijão, milho, mandioca (SILVA et al., 2008). Apesar disso, pôde-se afirmar no momento do diagnóstico que a comunidade não possuía uma característica predominantemente agrícola apesar de o povoado se encontrar distante dos meios urbanos. Ainda segundo SILVA et al., (2008) constatou-se que, dentre os chefes de família, existia uma percentagem de 6,25 de desempregados que, somando-se aos aposentados, totalizava 31,25% nas duas classes. Este dado mostrou a fragilidade das lideranças e consequentemente a vulnerabilidade das famílias ali localizadas.

No momento do diagnóstico, verificou-se que as mais frequentes atividades dos moradores na Cacimba do Baltazar, em geral, incluindo os chefes de família, eram de trabalhadores rurais, domésticas ou diaristas, que totalizam 54,8% dos moradores, tanto na comunidade como em povoados vizinhos, perímetros irrigados ou mesmo no centro urbano mais próximo, no caso em questão, Petrolina-PE. Este fato foi um dos que mais desencadeou nos pesquisadores, professores e demais participantes o desejo de gerar uma ocupação com fonte de renda adequada às famílias da comunidade. A horta seria uma alternativa, porém restrita a algumas famílias, dado o tamanho do espaço disponível para a mesma. Mesmo assim, uma das ações realizadas com participação dos moradores e das instituições foi uma horta comunitária, implantada com treinamentos e colaboração com implementos simples para viabilizar o trabalho (Figura 5).



Figura 5.
Treinamento em
horta da Cacimba
do Baltazar com Dr.
Nivaldo Duarte e
Dra. Rita Dias.
2006. Autoria da
foto: Alineaurea
Florentino SILVA.

² COEP O Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome e Pela Vida - COEP é um colegiado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, criado em 1993, resultado do intenso movimento de mobilização da sociedade civil, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza - Betinho, frente ao quadro inaceitável de pobreza instalado no país. O COEP tem por objetivo mobilizar, articular e incentivar ações de suas Entidades Associadas e, destas com outras entidades públicas ou da iniciativa privada, no sentido de promover e desenvolver programas e projetos para o Combate à Fome e à Miséria e construção da segurança alimentar, em atendimento ao princípio insculpido no Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

No diagnóstico realizado, mais alguns dados chamaram a atenção dos pesquisadores e professores quanto à necessidade de gerar ocupação e renda para a comunidade. A atividade desenvolvida na horta comunitária com os treinamentos ministrados pelos Pesquisadores da Embrapa Semiárido obteve êxito dado o grau de informações técnicas levadas e realizadas com a comunidade. Vale salientar que a horta da Cacimba do Baltazar é regada com água proveniente de um poço de mineração, denominado cacimba, e que tiveram de ser considerados os aspectos físico-químicos da mesma antes de recomendar sua utilização, e em seguida priorizar o manejo que permitisse o cultivo das espécies listadas pela comunidade no local sem o risco de salinização do solo (Santos et al., 2006). Este aspecto é exemplo de como a participação de pesquisadores voltados para o assunto técnico na tomada de decisões importantes nas comunidades pode trazer benefícios de ordem prática ou mesmo evitar que problemas irreparáveis se instalem no local comprometendo parte do equilíbrio ambiental existente (HOMMA, 2009).

Como resultado do trabalho observou-se que as parcelas familiares da horta comunitária de Cacimba do Baltazar apresentaram um desempenho econômico médio da ordem de R\$ 3,28/m² de canteiro cultivado, com a parcela mais produtiva alcançando a cifra de 6,77 R\$/m² e a menos produtiva registrou a cifra de 0,90 R\$/m² (Figura 6). A parcela que atingiu o melhor desempenho econômico teve uma área plantada de 45,48m² sendo o centro a cultura que apresentou melhor resultado financeiro (Santana et al., 2011). Esta cultura correspondeu a cerca de 40% da área cultivada na parcela em análise e respondeu por quase 80% dos ingressos monetários. Já a parcela que obteve o pior desempenho econômico teve uma área plantada de 61,98 m², sendo a beterraba o produto que proporcionou o melhor resultado financeiro. Este tubérculo que correspondeu a apenas 9,68% da área plantada da parcela foi responsável por mais de 71% dos ingressos monetários.

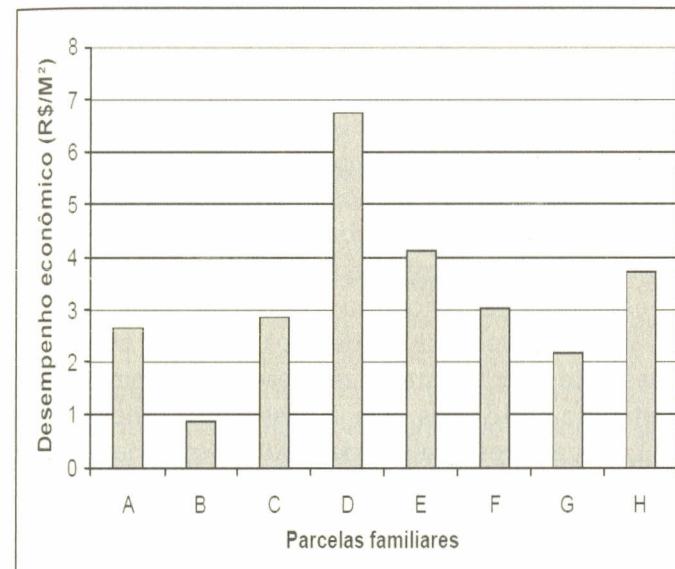


Figura 6. Desempenho econômico das parcelas familiares da horta comunitária da Cacimba do Baltazar. (Santana et al., 2011).

Dentre diversas dificuldades levantadas em diagnósticos participativos promovidos na comunidade Cacimba do Baltazar, percebe-se que uma das dificuldades mais eminentes no local é a associabilidade. Este aspecto está relacionado ao fato de que a comunidade Cacimba do Baltazar é formada por pessoas com fortes relações de parentesco, totalizando 16 famílias. Mesmo tendo maior parte da comunidade formada por pessoas de mesma família ainda não foi possível constituir uma associação que busque os seus direitos. Como uma das atividades do COEP Petrolina na comunidade foi iniciar um processo participativo de implantação de uma associação na comunidade (SILVA et al., 2008), esta iniciativa poderia dar oportunidade à comunidade de possuir mais ferramentas para reivindicar seus problemas e buscar suas soluções.

A comunidade vizinha (Lagoa dos Cavalos) possui associação constituída e algumas das famílias da Cacimba eram filiadas à associação do distrito Lagoa dos Cavalos. Parte das famílias alegava que não estava mais filiada porque os benefícios sociais conquistados

por meio dessa associação só beneficiavam aos moradores de Lagoa dos Cavalos. Com isso, era criada uma divisão na comunidade o que a formação de uma associação própria poderia resolver.

A dificuldade de acesso à água foi a segunda dificuldade importante apontada nos diagnósticos da comunidade. As duas fontes de água presentes na comunidade não se mostraram adequadas para consumo humano. A água presente na cacimba é salobra, inconveniente para o consumo humano. Apesar deste aspecto, de acordo com as análises realizadas, esta água se mostrou adequada para uso na horta comunitária, sendo respeitados os devidos cuidados com a drenagem do local. Apesar de existir outra fonte presente na comunidade, que é um poço perfurado há 15 anos, que já passou por sérios problemas de obstrução, sua água apresenta-se adequada apenas para os animais.

Ainda sobre o assunto água, foi verificado na época que somente quatro famílias residentes nessa área de moradia não possuem cisternas. A água que consomem de melhor qualidade chega de carro-pipa, mas não há uma regularidade nessa forma de abastecimento. As famílias que não possuem reservatórios de água são obrigadas a fazer uso de águas que são consideradas poluídas (encontradas em um canal próximo), uma vez que animais bebem, se banham na mesma fonte e carcaças de animais já foram encontradas nesse espaço.

A questão da água apresenta-se crucial para a comunidade por limitar a produção agrícola, pecuária e de sobrevivência. Atribuem a existência do problema à falta de vontade política e apontaram uma solução que poderia ser alcançada por meio da articulação entre diversas instituições públicas, como CODEVASF, Prefeitura, Embrapa e Sindicato dos Trabalhadores, voltando o foco para essa situação (SILVA et al., 2008). Este aspecto demonstra claramente a situação política em que vivem as famílias da comunidade, com pouco ou nenhum estímulo a uma articulação própria para solucionar os problemas. Percebe-se com a indicação da comunidade que as instituições poderiam favorecer o aspecto água, que é um dos mais preocupantes tanto do ponto de vista produtivo como da própria determinante da saúde e sobrevivência das pessoas da comunidade. Nas reuniões de construção da Associação da comunidade foi levantada esta questão e espera-se que as reações frente aos problemas surgidos a partir desta data sejam diferentes.

Observamos a água como uma questão importante em diversos aspectos e que, face à diferença de enfoques e perspectivas e frente à escassez crescente do recurso, a melhor opção seria realmente debater um caminho comum e conciliatório, que incorpore as categorias usadas nas comunidades em uma dimensão do público, do estatal e do participativo. Assim, os espaços públicos das ações comunitárias - escolas, sindicatos, comitês de saúde, ONGs, grupos de mulheres e associações - podem se transformar em vetores de diálogos, onde diversas perspectivas possam encontrar-se para equacionar, de uma forma coerente, o problema da água (Ribeiro et. al., 2007).

Quanto ao quesito saúde a comunidade relatou ao COEP que apenas 01 (um) médico atende a comunidade esporadicamente. Para ter acesso a tratamento odontológico as pessoas precisam se deslocar para Petrolina afim de pleitear uma ficha de atendimento. Entretanto, como não possuem família para pernoitar no município citado, nunca conseguem chegar a tempo de pegar fichas para atendimento. Por esta razão, grande parte da população da Cacimba do Baltazar sofre de dores de dente e raramente são atendidos no momento em que adoecem. Ainda segundo os moradores da Cacimba do Baltazar, o agente de saúde não tem uma frequência de visita na comunidade, sendo rara sua visita (SILVA et al., 2008).

Outra informação que chama a atenção sobre a comunidade e foi apontada nos diagnósticos é a carência de documentação civil. De acordo com as informações levantadas, há uma considerável dificuldade de acesso na retirada de documentação civil (SILVA et al., 2008). Existem pessoas na área sem registro de nascimento, carteira de identidade ou CPF. A existência desse problema causa constrangimento e limita o acesso a outros direitos. Além disso, a ausência de documentação causa sérios transtornos de ordem produtiva, pois a falta de uma identificação impede que tenham qualquer tipo de acesso a benefícios financeiros para investirem em uma atividade rentável na localidade.

Aliado a esse problema o fato também se torna alarmante no que se refere aos benefícios previdenciários (aposentadorias, auxílio reclusão, auxílio-maternidade). As pessoas desconhecem o procedimento para acessá-los plenamente, apesar de alguns dos idosos receberem aposentadoria. Quanto aos benefícios assistenciais,

como bolsa-família, eles alegam que nunca acessaram, apesar de já terem participado de cadastramento para este fim. Os moradores apontaram como meio/estratégia de resolução do problema: deslocar uma equipe para documentar as pessoas na área. Neste sentido, deveria ser acionada a prefeitura municipal que também fez parte do grupo de trabalho do COEP na época.

A falta de emprego que é um problema em todo o território brasileiro também é acentuada na Cacimba do Baltazar. Esse problema foi levantado porque, na área, nem todas as famílias possuem terra suficiente para produzir e há uma dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho (SILVA et al., 2008). Outro agravante citado pelos moradores é que eles não possuem condições financeiras para cercar as áreas de plantio. Este problema poderia ser solucionado com o acesso ao crédito, porém os moradores da Cacimba do Baltazar nunca acessaram qualquer crédito destinado a agricultores familiares, segundo eles, por desconhecimento dos requisitos necessários para acessá-los. O desemprego, normalmente, possui diversas causas e, na comunidade em questão, foram observadas causas visíveis diversas e complexas. A estrutura produtiva e financeira precária na comunidade colabora para o agravamento da situação e traz sérias consequências de ordem política e social (Minayo Gomes e Costa, 1999), tornando-se cada vez mais difícil a solução do problema.

Os moradores da comunidade entendem que por não haver terra suficiente para que todas as famílias possam sobreviver da lavoura e como há uma dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, seria importante que tivessem acesso a cursos como bordado, crochê, etc., pois, assim, poderiam ter fontes alternativas de renda para a família. Esta sugestão poderia ser uma solução temporária e local, mas o problema do desemprego precisa ser levado a sério não tão somente em comunidades isoladas, mas atuando-se de maneira global e abrangente. Apesar de não ter salas de educação de jovens e adultos funcionando atualmente, há por parte desse público-alvo, um grande interesse de retomar os estudos, desde que não tenham que se deslocar para outra localidade à noite. Com essa prerrogativa, após o levantamento realizado, foi implantada uma turma de Educação de Jovens e Adultos (Programa Mova Brasil, 2007), porém houve uma considerável evasão escolar, principalmente porque, ao começarem as

aulas, grande parte dos alunos percebeu que sofria de problemas na visão, impedindo a continuidade dos estudos. A primeira turma desta iniciativa concluiu em abril de 2007.

Também foi apontada como uma das dificuldades pela comunidade a falta de transporte para locomoção até outras comunidades ou centros maiores. Normalmente, os moradores precisam andar quilômetros a pé ou de bicicleta (Figura 7) para chegar até a rodovia, pegar um transporte para Petrolina ou outro destino.



Figura 7. Meio de transporte usado pela comunidade para comercialização dos produtos da horta comunitária. SILVA et al.,(2008).

No diagnóstico realizado pela equipe COEP pôde ser percebido que os moradores, para se comunicar, fazem uso de telefone celular particular. Somente duas pessoas possuem aparelho celular na localidade. Mesmo assim, convivem com dificuldades na recepção de sinais nos aparelhos o que às vezes inviabiliza totalmente a comunicação (SILVA et al. 2008). O problema continua no sentido de que existe uma dificuldade em manter créditos nos aparelhos tornando

estes aparelhos de celular apenas uma comunicação figurativa tendo em vista a inoperância dos mesmos pelos motivos citados.

Atualmente, percebe-se que todo o esforço dos trabalhos realizados e apontados pelos moradores nos diagnósticos são válidos na medida em que servem de estímulo ao pensar local e a um procurar estratégias de sobrevivência para os moradores, principalmente se tratando dos jovens ali residentes. Estes jovens, ao mesmo tempo em que constituem alvo de preocupação para os mais velhos por sua vulnerabilidade, também se tornam massa pensante e preocupada em temer repetir os mesmos desatinos dos moradores mais antigos. Uma vez que a vida dos moradores de comunidades como a Cacimba dos Baltazar inicia muito cedo, um trabalho que ainda não chegou aos seus dez anos de atuação já permite observar mudanças comportamentais nos jovens moradores que eram as crianças no passado.

ESSE ESFORÇO FOI POSSÍVEL - GANHO PARA INSTITUIÇÕES E COMUNIDADE

O papel das instituições de pesquisa, ensino e extensão nas comunidades tem sido fundamental para catalisar recursos públicos em obras e ações que desencadeiem desenvolvimento scioeconômico local. Muito embora a parcela de colaboradores dessas instituições não seja grande, é conhecido o benefício recíproco em amadurecimento dos profissionais em formação e da visibilidade do trabalho social existente.

COMUNIDADE MORRO ALTO

Descrição da comunidade

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Morro Alto, localizada na Comunidade do Morro Alto e que abrange a área da Serra da Parreira, Acauã/PI, foi criada em 15 de junho de 1994 e possui 44 sócios no seu quadro. Durante os últimos anos diversas ações vêm sendo desenvolvidas pela associação e permitiram que fossem ampliadas as oportunidades de melhoria da qualidade de vida desses

produtores. A comunidade não tem a Serra da Parreira como local de morada, como acontece na Cacimba do Baltazar. A atividade produtiva é desenvolvida no platô da serra e este ambiente limita a atuação da comunidade ao eixo de geração de renda, tendo cada agricultor familiar envolvido seu local próprio de morada e de atividades diferenciadas das feitas em conjunto na Serra.

A comunidade da Serra do Morro Alto, vendo o trabalho em comunidade apenas de forma produtiva, sempre buscou melhoria em seu sistema de produção, desde a fase de implantação quando os trabalhos começaram, por volta de 2003. Vários aspectos importantes eram tratados de forma participativa em reuniões e diagnósticos com a comunidade que, muitas vezes, identificava gargalos na produção que seriam sanados a cada dia com a colaboração dos técnicos envolvidos no trabalho. Os treinamentos nessa comunidade eram ministrados de acordo com as verdadeiras demandas existentes e visíveis e os participantes se organizavam como podiam para o melhor aproveitamento possível das informações levadas (Figura 8).



Figura 8. Treinamento sobre preparo de raspa de mandioca ministrado na Serra da Parreira, Acauã-PI. 2003. Foto: Alineaurea Florentino SILVA

AÇÃO DA EMBRAPA E DE OUTROS PARCEIROS NA COMUNIDADE MORRO ALTO

A partir de 2003 com a implantação de projetos liderados pela Embrapa com recursos de MDA, CNPq, MDS, etc; os agricultores do Morro Alto iniciaram atividades de teste e seleção de variedades de mandioca visando alimentação animal e processamento. Concomitantemente aos testes das variedades os agricultores tinham acesso a formas sustentáveis de manejo de solo (Figura 9) e transformaram parte de sua produção em raspas de mandioca e feno das ramas, o que os permitiu manter um maior número de animais na região e consequentemente melhoria da renda de suas famílias.

De acordo com a demanda existente na comunidade Morro Alto, foram levadas 4 variedades de mandioca para serem comparadas com as variedades existentes no local, permitindo seleção participativa das melhores variedades para a comunidade. O trabalho neste sentido, com seleção participativa de variedades de mandioca foi acompanhado por técnicos da Embrapa Semiárido, da Prefeitura do município e estagiários de outros projetos existentes na época, o que funcionou como treinamento ou estágio de vivência para os participantes (SILVA et al., 2009). Neste trabalho foi selecionada, com participação da comunidade, a variedade de mandioca Engana Ladrão, adaptada à região e como fonte de matéria prima (raízes) para processamento na forma de farinha, atividade considerada importante na região. Além dessa variedade, a Do Céu também se mostrou promissora no ambiente da Serra da Parreira (SILVA et al., 2009).

Após o início do trabalho com as variedades de mandioca, foi implantada uma casa de farinha na Serra com colaboração financeira do MDA, Embrapa Semiárido, CNPq, Prefeitura Municipal de Acauã, SENAI e produtores da Associação Morro Alto. Tendo em vista que os recursos para a construção da casa de farinha vieram das citadas instituições e a mão de obra ser local, o trabalho dos agricultores da associação foi fundamental para finalização rápida da obra. Outro aspecto relevante neste sentido é que toda a estrutura foi planejada com a comunidade de maneira participativa e após a construção esteve presente uma técnica do SENAI que apontou melhorias a serem realizadas para tornar a casa de farinha passível de fiscalização por instâncias que certifiquem alimentos de qualidade. As observações da técnica do SENAI foram bem vindas pelos agricultores que se prontificaram a atender todas descritas que estivessem ao seu alcance.

Com esse intuito a comunidade Morro Alto foi em busca de ajuda de diversos órgãos para atender as indicações do SENAI e outras ampliações na casa que eram necessárias. A casa de farinha está interligada a um terreiro de raspa³ (secador) e cisterna permitindo ambiente integrado de processamento de mandioca para preparo de alimentos e de ração animal. Para a utilização eficiente de cada uma das estruturas construídas foram solicitados treinamentos e sempre que possível os mesmos foram atendidos. Assim, além da melhoria na qualidade da farinha de mandioca que refletiu na melhoria dos preços alcançados, os produtores também puderam lançar mão de preparo de raspa de mandioca e feno da parte aérea como uma possibilidade econômica quando a farinha estiver em baixa no mercado. Apesar de não ser tão frequentemente acompanhada pelos órgãos de pesquisa e assistência técnica como no passado, a Associação do Morro Alto tem recebido visitas do mundo inteiro em busca de conhecer a experiência daqueles agricultores no trabalho exitoso com a mandioca.



Figura 9. Presença de Pesquisador José Barbosa dos Anjos na Serra da Parreira, verificando necessidade de melhorar o manejo do solo local.
Acauã-PI. Foto: Alineaurea Florentino SILVA

³ Terreiro de raspa também é chamado de secador ou calçadão. É uma estrutura construída em concreto, habitualmente nas dimensões de 14 x 20m com declividade de 2%. Possui múltiplas funções e dentre as principais se destaca a secagem de raízes de mandioca picadas. Este processo permite armazenamento da raspa da mandioca por longos períodos para fornecimento aos animais na época mais conveniente.

Atualmente têm sido realizadas reuniões para programação de trabalho e de pesquisa e agendadas avaliações de diferentes variedades envolvidas no processamento de farinha, fécula e raspa de raízes de mandioca. Em todos esses momentos e outros de necessidade da comunidade são levados em consideração a disponibilidade dos presentes em participar para que não sejam negligenciadas as atividades de cada um em particular. Um dos aspectos que é considerado como fundamental pelos agricultores da comunidade Morro Alto para o sucesso do trabalho é a existência de uma liderança forte na comunidade. Como dizem os próprios produtores da comunidade Morro Alto "aqui tem que ter alguém que grite com os outros para a coisa andar". Neste sentido, o verbo gritar está sendo utilizado para explicar a forma como uma liderança precisa agir e buscar coesão no grupo, procurando resolver os problemas coletivos sem abrir mão de uma atitude ideológica firme, com propósitos contundentes e que convençam a todos da necessidade e importância do trabalho de cada um. Esse aspecto tem sido forte na Serra da Parreira, que ao contrário da Cacimba, sempre teve uma formação associativa bem trabalhada, construída com as bases verdadeiras do associativismo saudável, forte e crescente em suas conquistas.

Ao observar a comunidade da Cacimba não identificamos uma liderança que permita o andamento do grupo com estas características. Qualquer trabalho que envolva o grupo na Cacimba mostra-se prejudicado por motivos individuais, simples, que são enaltecidos devido ao baixo nível de instrução dos participantes. Muitos dos problemas que não permitem que as iniciativas coletivas tenham êxito na Cacimba do Baltazar são problemas simples, de fácil resolução, porém que são colocados como grandes porque os membros da comunidade nunca tiveram acesso ao exercício de conduzir seus problemas procurando soluções impersonais, coletivas e que alcançassem êxito com suas próprias mãos. Normalmente na Cacimba as crises de ordem familiar e psicológicas são colocadas em primeiro lugar e ocupam todo o espaço e tempo que seria utilizado para a busca de melhorias e inovações para a comunidade. Com isso, poucas iniciativas próprias têm tido o sucesso desejado, desestimulando inclusive a intervenção de outras instituições no local.

Considerando-se a origem das comunidades e as atividades desenvolvidas, pode-se inferir sobre o sucesso ou não das atividades implementadas, observando-se a Tabela 1, que as duas comunidades comentadas possuem muitas características em comum, porém no que diz respeito à liderança e organização, nota-se claramente que a comunidade Morro Alto está a um passo a frente da Cacimba do Baltazar e com isso tem alcançado melhorias significativas para a comunidade como financiamento de equipamentos e custeio. Esses bens permitem crescimento das atividades rentáveis na comunidade e evitam a dependência de outros prestadores de serviços, principalmente no caso do trator.

Tabela 1. Características entre a comunidade Cacimba do Baltazar e Morro Alto

Indicadores	Cacimba do Baltazar	Morro Alto
Famílias envolvidas	25	38
Fonte de renda principal	Extrativismo, aposentadoria	Agricultura, criação de animais
Existência de liderança	Não	Sim
Possui Associação formalizada	Não	Sim
Propriedades particulares devidamente escrituradas	Poucas	Maioria
Intervenção de instituições públicas	Presente, diversas.	Presente, diversas.
Distância do Município próximo	36 km	40 km
Bens adquiridos com financiamentos bancários	Nenhum	Tratores, forrageiras, custeio
Principais problemas existentes	De ordem social, registro civil, escrituras, participação.	Ligados a produção, processamento

O quadro acima mostra apenas algumas características das duas comunidades para que se possa visualizar melhor o motivo pelo qual normalmente a continuidade não conduz com os trabalhos com continuidade. O apresentado nele é apenas um resumo de situações que estão presentes no dia a dia das comunidades e refletem as causas de vários problemas que impedem inclusive a plena participação das instituições de pesquisa, pois não estariam hábeis para realizar algum tipo de trabalho com a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. L. P.; SILVA, A. F.; SANTANA, L. M. de; FRANÇA, C. R. S. Desempenho econômico de horta agroecológica em comunidade rural do semi-árido. Horticultura Brasileira, Brasília, DF, v. 25, n. 1, ago. 2007. 1 CD-ROM. Edição dos Anais do 47. Congresso Brasileiro de Olericultura; 4. Simpósio Brasileiro sobre Cucurbitáceas, Porto Seguro, ago. 2007.

BERNARDO, W. F.; COELHO, F. M. G.; TEIXEIRA, S. R. Decisão discutida nos processos de intervenção social. In: TEIXEIRA, S. R. Identificação participativa de demandas para pesquisa e extensão. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 35-48

DIAS, T. A. B.; FREITAS, F. de O.; ZARUR, S. B. B. D. C.; BUSTAMANTE, P. G. Etnobiologia e conservação da agrobiodiversidade: pesquisa e inclusão dos povos indígenas craô, caiabi e iaualapiti. In: SOUSA, I. S. F. de; CABRAL, J. R. F. (Ed.). Ciência como instrumento de inclusão social. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 83-108 docs/anais/pdf/2000/Todos/ambt3_3.pdf. Acesso em 23 out. 2007.

EMBRAPA SEMI-ÁRIDO. IV Plano Diretor da Embrapa Semi-Árido: 2008 - 2011 - 2023. Petrolina, 2008. 37 p. il.

HOMMA, A. K. O. Discussão introdutória: provocando mudanças nas trajetórias de desenvolvimento local e regional - o papel da pesquisa agrícola. In: SOUSA, I. S. F. de; CABRAL, J. R. F. (Ed.). Ciência como instrumento de inclusão social. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 235-248.

HOMMA, A. K. O. O crescimento do mercado como mecanismo de desagregação da economia extrativista. In: SILVA, V. A. da; ALMEIDA, A. L. S. de; ALBUQUERQUE, U. P. de. Etnobiologia e etnoecologia: pessoas & natureza na América latina. [Belém, PA]: NUPEEA, 2010.

MINAYO GOMES, C. e COSTA, S. M. F. T. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 411-421, 1999.

O COEP. Disponível em: <<http://www.coepbrasil.org.br/coep/coep.asp>>. Acesso em: 13 jun. de 2007.

OLIVEIRA, D. S.; SILVA, A. F.; FRANÇA, C. R. R. S.; SANTOS, A. P. G.; SANTOS, F. C.; LIMA, R. G.; MIRANDA, A. S. de Experiências de base agroecológica no Semiárido nordestino. II. Agrofloresta de D. Rita de Cássia Melo Araújo. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ETNOBIOLOGIA, 2.; SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENTOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 8.; ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 3., 2010, Recife. Anais... Recife: SBEE: SOLAE, 2010. 1 CD-ROM.

Para citação de capítulos: Programas/MovaBrasil>. Acesso em: 20 de jul. 2007.

PROJETO Mova-Brasil. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/>>

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; DANIEL, L. O.; AYRES, E. C. B.; ROCHA, L. C. D.; GOMES, G. A. Práticas, preceitos e problemas associados à escassez da água no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 2., 2000, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>>

SANTANA, L. M. de, SILVA, A. F., ARAÚJO, J. L. P. de, SILVA, M. M. da, SANTOS, A. P. G. e FRANÇA, C. R. R. S. Comportamento econômico e produtivo das parcelas familiares da horta comunitária agroecológica da Cacimba do Baltazar. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/CPATSA/35192/1/OPB1190.pdf> Acesso em 14.04.2011

SANTANA, L.M. de; SILVA, A. F.; ARAÚJO, J. L. P. de; SILVA, M. M. da; SANTOS, A. P. G.; FRANÇA. C. R. R. S. Comportamento econômico e produtivo das parcelas familiares da horta comunitária agroecológica da Cacimba do Baltazar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. Construindo horizontes sustentáveis: anais. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006. 1 CD-ROM.

SANTOS, A. P. G.; OLIVEIRA, D. S.; FRANÇA, C. R. R. S.; GUIMARÃES, C. A. de S.; SILVA, A. F. Experiências de base agroecológica no Semiárido nordestino. I. Agrofloresta de Sr. Adão de Jesus Oliveira. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ETNOBIOLOGIA, 2.; SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENTOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 8.; ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 3., 2010, Recife. Anais... Recife: SBEE: SOLAE, 2010. 1 CD-ROM.

SANTOS, A. P. G.; SILVA, A. F.; ARAÚJO, J. L. P. de; ANDRADE, O. J. L. de; CRUZ, S. R. C. L. da; SILVA, M. M. da; SANTANA, L. M. de. Cultivo de diferentes espécies em horta agroecológica comunitária com utilização de água de poço: comunidade Cacimba do Baltazar*. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA EMBRAPA SEMI-ÁRIDO, 1., 2006, Petrolina. Anais... Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2006. p. 39-43. (Embrapa Semi-Árido. Documentos, 197).

SANTOS, A. P. G.; SILVA, A. F.; OLIVEIRA, A. P. D. de; MORAES, S. A. de; FRANÇA, C. R. R. S.; LIMA, R. G.; SANTOS, F. C.; OLIVEIRA, D. S.; MIRANDA, A. S. de; SANTOS, E. P. Experiência inovadora de criação de caprinos e ovinos na comunidade Caiçara com banco de proteína em sistema agroecológico. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ETNOBIOLOGIA, 2.; SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENTOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 8.; ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 3., 2010, Recife. Anais... Recife: SBEE: SOLAE, 2010. 1 CD-ROM.

SILVA, A. F., SANTANA, L. M. de, FRANÇA, C. R. R. S., MAGALHÃES, C. A. de S., ARAÚJO, C. R. de, AZEVEDO, S. G. de. Produção de diferentes variedades de mandioca em sistema agroecológico. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v.13, n.1, p.33-38, 2009.

SILVA, A. F.; SILVA, P. C. G. da; ARAÚJO, G. G. L. de; OLIVEIRA, L. M. S. R. de; MARTINS, M. J.; FRAFÂN, N. M. G.; PEREIRA, M. A. T.; SANTOS, D. dos; ARCOVERDE, M. da S.; SANTOS, A. P. G.; ARAÚJO FILHO, J. M. de; SILVA, R. L. F.; MENEZES, M. A. F. de. Diagnóstico socioeconômico ambiental e produtivo da comunidade Cacimba do

Baltazar. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2008. 44 p. il. (Embrapa Semi-Árido. Documentos, 215).

SILVA, P. C. G. da; AZEVEDO, S. G. de; MOREIRA, J. N.; TONNEAU, J. P.; CORREIA, R. C.; SILVA, A. F. A abordagem territorial nas atividades de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação da Embrapa Semiárido. In: SA, I. B.; SILVA, P. C. G. da. (Ed.). Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. cap. 11, p. 373-402.

Silveira, F. G., Carvalho, A. X. Y., Azzoni, C. R., Campolina, B., Ibarra, A. Texto para discussão No 1278, Brasília, 2007. 64p. il.

SOUZA, I. S. F de & CABRAL, J. R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: SOUZA, I. S. F de & CABRAL, J. R. F. Ciência com instrumento de inclusão social. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. Cap. 1, p.21-69.

TEIXEIRA, S. R. Teoria e conhecimentos relacionados à identificação de demandas. In: TEIXEIRA, S. R. Identificação participativa de demandas para pesquisa e extensão. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 29-34

TEIXEIRA, S. R.; BERNARDO, W. F.; WADT, L. G. R. Abordagens ao setor produtivo. In: TEIXEIRA, S. R. Identificação participativa de demandas para pesquisa e extensão. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 17-28.